

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Em suas provas, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para as próximas duas questões

1 O dever dos partidos políticos de prestar contas à
 justiça eleitoral está previsto na Constituição Federal de 1988
 (CF). A obrigatoriedade de prestação de contas anualmente é
 4 imposta aos partidos políticos e encontra-se disciplinada na
 Lei n.º 9.096/1995, também conhecida como Lei dos Partidos
 Políticos, que trata das finanças e da contabilidade dos partidos
 7 políticos.

Até a publicação da Lei n.º 12.034/2009, as prestações
 de contas partidárias eram consideradas um procedimento
 administrativo de controle, que assumia caráter jurisdicional
 10 apenas na fase recursal. Após a alteração legislativa de 2009,
 o processo de prestação de contas dos órgãos partidários
 13 passou a assumir natureza jurisdicional desde a sua fase inicial,
 nos termos da Lei n.º 9.096/1995.

Antes da edição da Res.-TSE n.º 23.432/2014,
 16 a Res.-TSE n.º 21.841/2004 disciplinava os processos de
 prestação de contas dos partidos políticos e a tomada de contas
 especial, sendo esta última um procedimento administrativo de
 19 controle, de caráter excepcional, instaurado contra os partidos
 políticos que, tendo recebido recursos oriundos do Fundo
 Partidário, não apresentassem suas contas ou não
 22 comprovassem a aplicação regular dos recursos após trânsito
 em julgado da decisão que julgasse as contas irregulares ou as
 considerasse não prestadas.

25 Haja vista as disposições contidas na
 Res.-TSE n.º 21.841/2004, no processo de prestação de contas
 partidárias, apreciava-se a regularidade da captação e dos
 28 gastos dos recursos sem a aferição de eventual
 responsabilidade do ordenador de despesas incumbido de
 controlar a gestão das finanças. Esse procedimento era
 31 relegado ao processo de tomada de contas especial, em atenção
 à previsão contida em artigo da Lei dos Partidos Políticos, o
 qual, entre outros aspectos, determina a caracterização da
 34 responsabilidade civil e criminal dos dirigentes do partido e
 dos comitês, inclusive do tesoureiro, por quaisquer
 irregularidades.

QUESTÃO 1

De acordo com o texto **Aspectos polêmicos das novas regras...**,

- Ⓐ constitui preceito da Lei dos Partidos Políticos a caracterização da responsabilidade civil e criminal dos dirigentes do partido e dos comitês no caso de cometimento de qualquer irregularidade.
- Ⓑ os partidos políticos passaram a prestar contas à justiça eleitoral a partir da publicação da Constituição Federal de 1988.
- Ⓒ o fato de o processo de prestação de contas dos órgãos partidários apresentar natureza jurisdicional desde a sua fase inicial tornou o procedimento menos suscetível a fraudes.
- Ⓓ a prestação de contas dos partidos políticos e a tomada de contas especial constituem procedimentos administrativos de controle de caráter jurisdicional.
- Ⓔ o recebimento de recursos do Fundo Partidário pelos partidos políticos é considerado regular, desde que se comprove a sua aplicação adequada.

QUESTÃO 2

A correção gramatical e o sentido original do texto **Aspectos polêmicos das novas regras...** seriam mantidos caso fosse inserida vírgula imediatamente após

- Ⓐ “recebido” (l.20).
- Ⓑ “decisão” (l.23).
- Ⓒ “recursos” (l.28).
- Ⓓ “também” (l.5).
- Ⓔ “políticos” (l.17).

Texto para as próximas duas questões

1 Com o apoio de 1,3 milhão de assinaturas, a Lei
Complementar n.º 135/2010 surgiu como fruto de iniciativa
popular e, posteriormente, acabou aprovada, a uma só voz, nas
4 duas Casas do Poder Legislativo.

Essa lei veio dezesseis anos após terem sido
introduzidos outros elementos no parágrafo 9.º do art. 14 da
7 CF, visando preservar, acima de tudo, a coisa pública. Com a
Emenda Constitucional de Revisão n.º 4, de 1994, inseriu-se,
no referido parágrafo 9.º, a previsão de que lei complementar
10 trataria das exigências voltadas a proteger — vocábulo
empregado pelo legislador — a probidade administrativa e a
moralidade para o exercício do mandato. Assim, incluiu-se
13 algo que apresenta conceito aberto: a vida pregressa, que tem
como sinônimo “idoneidade” e que, na maioria das vezes, é
definida no campo administrativo. Tudo se dá a partir do bom
16 senso, da ordem natural das coisas, da razoabilidade, da
proporcionalidade, considerando-se esse conceito aberto — o
alusivo à vida pregressa, ou seja, ao que vem antes, e também
19 o referente à idoneidade.

O propósito moralizante da nova legislação — digno
de elogio — não impediu que brotassem questionamentos
22 jurídicos, os quais chegaram à Corte Constitucional — o
Supremo Tribunal Federal (STF). O primeiro caso envolveu a
pretensão de aplicação imediata da Lei Complementar n.º 135.
25 Após precedente no qual se assentou o contrário, prevaleceu,
no STF, o entendimento de que a norma tem impactos no
processo eleitoral, daí porque não poderia valer para as
28 eleições do ano de 2010, em razão do disposto no art. 16 da
CF. A postergação da eficácia da nova lei atrasou debate ainda
mais importante: a compatibilidade com os dispositivos da CF,
em especial com os princípios da irretroatividade e da
31 presunção de inocência.

Marco Aurélio Mendes de Farias Mello. *Ficha limpa e o Supremo Tribunal Federal – notas sobre o julgamento das ações declaratórias de constitucionalidade n.º 29 e 30 e ação direta de inconstitucionalidade n.º 4.578*. Internet: <www.tre-se.jus.br> (com adaptações).

QUESTÃO 3

Conforme as ideias do texto **Ficha limpa e o Supremo Tribunal Federal...**, é correto afirmar que

- A a Lei Complementar n.º 135/2010 demorou mais tempo do que deveria para ser editada.
- B a Lei Complementar n.º 135/2010 foi aprovada por unanimidade porque partiu de uma iniciativa popular.
- C a compatibilidade da nova legislação com os dispositivos da CF já foi debatida no STF.
- D a Lei Complementar n.º 135/2010 não se aplicou ao processo eleitoral realizado no ano de 2010.
- E a expressão “digno de elogio” (ℓ. 20 e 21) foi empregada com sentido pejorativo, negativo.

QUESTÃO 4

O sentido original e a correção gramatical do texto **Ficha limpa e o Supremo Tribunal Federal...** seriam preservados caso se substituisse

- A “assentou” (ℓ.25) por **discuti**.
- B “postergação” (ℓ.29) por **prorrogação**.
- C “presunção” (ℓ.32) por **comprovação**.
- D “alusivo” (ℓ.18) por **referente**.
- E “moralizante” (ℓ.20) por **regulador**.

Texto para as próximas duas questões

1 Atualmente, existe uma evidente preocupação no meio
jurídico em associar o direito à sua efetividade, isto é, em
superar a visão oriunda do positivismo que via o direito como
4 um sistema fechado ou como um fim em si mesmo, de forma a
afastar do raciocínio jurídico qualquer interferência de outras
ciências humanas, como a sociologia ou a filosofia.

7 Para aqueles que entendem que o direito é, antes de
tudo, o meio necessário para alcançar uma sociedade mais
livre, justa e solidária (art. 3.º, inciso I, da CF), é impossível
10 raciocinar sobre a norma jurídica sem pensar na sua
efetividade. Deixa-se de considerar que a efetividade da norma
está fora do campo jurídico, e passa-se a considerá-la elemento
13 principal da norma. Assim, sem a efetividade, não se estará
diante de norma jurídica, mas apenas de um texto legal. Nesse
sentido, diversos doutrinadores pátrios passaram a realizar
16 nítida distinção entre o enunciado normativo e a norma
jurídica. O jurista Luiz Roberto Barroso bem esclarece a
distinção ao afirmar que “Enunciado normativo é o texto ainda
19 por interpretar. Já a norma é o produto da incidência do
enunciado normativo sobre os fatos da causa, fruto da interação
entre texto e realidade.” Portanto, o enunciado normativo
22 resume-se ao texto legal, o qual, porém, somente se torna
norma jurídica quando aplicado aos casos concretos, ou seja,
ao tornar-se efetivo.

Fábio Nesi Venzon. *A efetividade do direito eleitoral e a soberania popular*. Internet: <http://apps.tre-rn.jus.br> (com adaptações).

QUESTÃO 5

Com relação às ideias do texto **A efetividade do direito eleitoral e a soberania popular** e às palavras e expressões nele empregadas, assinale a opção correta.

- A Por não ser próprio do campo jurídico, mas sim de outras áreas do conhecimento, o termo “efetividade”, em suas quatro ocorrências (ℓ.2, ℓ.11 e ℓ.13), foi empregado em sentido figurado.
- B Mesmo quem não entende de direito o concebe como o meio necessário para o desenvolvimento de uma sociedade mais livre, justa e solidária.
- C Conforme o texto, o direito constitui uma ciência independente das demais ciências humanas.
- D No texto, argumenta-se a favor da ideia de que norma jurídica pressupõe efetividade.
- E Os termos “enunciado normativo” (ℓ.16) e “norma jurídica” (ℓ. 16 e 17) foram empregados como antônimos.

QUESTÃO 6

O vocábulo “Portanto” (ℓ.21) introduz no texto **a efetividade do direito eleitoral e a soberania popular** uma ideia de

- A finalidade.
- B conclusão.
- C causa.
- D consequência.
- E condição.

Texto para as próximas duas questões

Desde 1824, o Brasil elege representantes para a Câmara dos Deputados. Durante o Império, eles eram escolhidos por diferentes modelos de representação majoritária. Até 1880, o sistema de votação era feito em dois níveis: os votantes elegiam os eleitores (primeiro nível), que, por sua vez, escolhiam os representantes para a Câmara dos Deputados (segundo nível).

Em 1881, as eleições passaram a ser realizadas de forma direta para a escolha desses cargos. De 1889 a 1930 (Primeira República), os sistemas eleitorais utilizados eram variações do modelo majoritário. O mais duradouro (1904-1930) dividia os estados em distritos eleitorais de cinco representantes; o eleitor podia votar em até quatro candidatos e ainda podia votar no mesmo candidato mais de uma vez. Nesse período, as eleições para presidente e para a Câmara dos Deputados eram marcadas por fraudes em larga escala e por reduzida participação eleitoral.

Em 1932, foi criado o primeiro Código Eleitoral brasileiro, que constituiu o primeiro passo para a consolidação de uma democracia efetiva: as mulheres passaram a ter o direito ao voto; foi criada a justiça eleitoral — que ficou com a responsabilidade de organizar o alistamento, as eleições, a apuração dos votos e a proclamação dos eleitos; foram tomadas medidas para garantir o sigilo do voto. Cabe ressaltar que, até a década de 30 do século passado, nenhum partido ou movimento político com alguma expressão defendeu a introdução da representação proporcional no país. Tal tarefa deveu-se basicamente ao trabalho de alguns poucos intelectuais, e dois deles (Assis Brasil e João Cabral) participaram da redação do Código Eleitoral de 1932.

Marina Almeida Morais. *Reforma eleitoral no Brasil: uma análise do sistema de sufrágio brasileiro e a possibilidade do voto distrital*. In: *Revista Jurídica do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás*. N.º IX - Goiânia: TRE/GO, 2014. Internet: <www.justicaeleitoral.jus.br> (com adaptações).

QUESTÃO 7

Considerando que cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto **Reforma eleitoral no Brasil:...** — indicado entre aspas —, assinale a opção em que a reescrita, além de veicular informação originalmente apresentada, também preserva a correção gramatical.

- A “De 1889 a 1930 (...) do modelo majoritário” (ℓ. 9 a 11): Entre 1889 a 1930 (Primeira República), os sistemas eleitorais utilizados variavam conforme o modelo vigente
- B “Nesse período, (...) participação eleitoral” (ℓ. 15 a 17): Nesse período, ocorria fraudes em larga escala e havia reduzida participação eleitoral nas eleições para presidente e para a Câmara dos Deputados
- C “Em 1932, foi (...) uma democracia efetiva” (ℓ. 18 a 20): Em 1932, criou-se o primeiro Código Eleitoral brasileiro, e este foi o primeiro passo para a consolidação de uma democracia efetiva
- D “Cabe ressaltar que (...) proporcional no país” (ℓ. 24 a 27): Cabe ressaltar que até a década de 1930, nenhum partido ou movimento político, com alguma expressão, defenderam a introdução da representação proporcional no país
- E “Até 1880, o sistema (...) (segundo nível)” (ℓ. 4 a 7): Antes de 1880, o sistema de votação era feito em dois níveis: os eleitores eram eleitos pelos votantes (primeiro nível), que, por conseguinte, depois escolhia os representantes para a Câmara dos Deputados (segundo nível)

QUESTÃO 8

A correção gramatical e o sentido original do texto **Reforma eleitoral no Brasil:...** seriam mantidos caso se substituísse

- A “o sigilo” (ℓ.24) por **a segurança**.
- B “introdução” (ℓ.27) por **existência**.
- C “elege” (ℓ.1) por **escolhe**.
- D “reduzida” (ℓ.17) por **singela**.
- E “consolidação” (ℓ.19) por **advento**.

QUESTÃO 9

No que se refere às características fundamentais da redação oficial, assinale a opção correta.

- A A clareza do texto oficial depende da prática do redator e de revisão especializada e atenta, não estando relacionada a aspectos do texto em si ou da linguagem nele empregada.
- B A impessoalidade dos textos oficiais deriva do princípio da impessoalidade, um dos princípios fundamentais da administração pública.
- C A formalidade caracteriza-se pela proposta de um padrão de apresentação dos textos oficiais, que é alcançado por meio da clareza datilográfica, do uso de papéis uniformes para o texto definitivo e da correta diagramação desse texto.
- D O cuidado com a linguagem materializa-se na obediência às regras de um padrão oficial de linguagem.
- E A concisão é uma característica dos textos oficiais que se concretiza por meio da economia de pensamento.

QUESTÃO 10

Assinale a opção correta de acordo com as características formais e linguísticas dos documentos oficiais.

- A O envelope que traga comunicação oficial endereçada a um senador da República deverá ser preenchido conforme o modelo abaixo.
A Vossa Excelência o Senhor
Senador (nome do Senador)
Senado Federal
70165-900 Brasília – DF
- B O fecho adequado para figurar em uma comunicação oficial que parta de uma autoridade superior para uma autoridade inferior é **Respeitosamente**.
- C Em uma comunicação que tenha como destinatário o governador de um estado da Federação, o tratamento a ser-lhe dispensado deverá ser **Vossa Excelência** e o vocativo a ser empregado será **Senhor Governador**.
- D Em todas as comunicações oficiais, deve-se adotar, na identificação do signatário, o modelo abaixo.
Assinatura
Nome da autoridade que expede a comunicação oficial
Cargo da autoridade que expede a comunicação oficial
- E No exemplo Mem. 72/2015 – Setor de Compras, constam a identificação do tipo e número do expediente bem como informação referente ao órgão para o qual esse expediente se destina, qual seja, o Setor de Compras.

QUESTÃO 11

Levando em consideração as características formais e linguísticas do padrão ofício, assinale a opção correta.

- A** O endereço do destinatário é um item imprescindível em documentos do padrão ofício.
- B** Os campos destinados às margens laterais esquerda e direita de documentos que se orientem pelo padrão ofício devem ter 1,5 cm de largura, no mínimo.
- C** A numeração dos parágrafos que compuserem o texto de um expediente que siga o padrão ofício é obrigatória em todos os casos e serve para organizar a informação.
- D** O aviso, o memorando e o ofício, exemplos de comunicações oficiais que se constroem consoante o padrão ofício, distinguem-se pela finalidade comunicativa.
- E** Gráficos, ilustrações e notas de rodapé são itens estranhos ao padrão ofício.

QUESTÃO 12

Considerando os interlocutores envolvidos em atos comunicativos mediados por textos oficiais, assinale a opção correta.

- A** O aviso é a comunicação oficial que parte de um ministro de Estado e que se destina a autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.
- B** O memorando medeia a comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão pertencentes ao mesmo nível hierárquico ou a diferentes níveis hierárquicos.
- C** O ofício tem como destinatário autoridade de mesma hierarquia que a autoridade remetente.
- D** A exposição de motivos denominada interministerial é aquela que se dirige a mais de um ministro.
- E** A mensagem é o expediente oficial de que se serve o presidente da República para comunicar-se com os ministros de Estado.

This text refers to the next two questions.

1 One day Mrs Jones went shopping. When her husband
came home in the evening, she began to tell him about a
modern computer. ‘I saw it in a shop this morning,’ she said,
4 ‘and...’

‘And you want to buy it’, said her husband. ‘How
much does it cost?’

7 ‘Five hundred Euros.’

‘Five hundred Euros for a computer? That’s too
much!’

10 But every evening, when Mr Jones came back from
work, his wife continued to speak only about the computer, and
at last, after a week, he said, ‘Oh, buy the computer! Here is the
13 money!’ She was very happy.

But the next evening, when Mr Jones came home and
asked, ‘Have you got the famous computer?’ She said, ‘No’.

16 ‘Why not?’ He said.

‘Well, it was still in the window of the shop after a
week so I thought, “Nobody else wants this computer, so I
19 don’t want it either”.’

L.A Hill. *Elementary Stories for Reproduction*. 27th edn.,
Oxford: Oxford University Press, 1995 (adapted).

QUESTÃO 13

Based on the text, it can be concluded that

- A** the computer Mrs Jones wanted was very cheap.
- B** Mrs Jones did not insist on buying the computer.
- C** Mrs Jones didn’t buy the computer in the end.
- D** Mrs Jones spoke about the computer she wanted to buy the day after she went shopping.
- E** Mr Jones would never give his wife the money she wanted.

QUESTÃO 14

In the text, “at last” (l. 12) means

- A** at least.
- B** finally.
- C** often.
- D** soon.
- E** just.

QUESTÃO 15

Com base no disposto no Regimento Interno do TRE/PE, assinale a opção correta.

- A** Compete ao TRE/PE aplicar penas de advertência, censura e aposentadoria compulsória aos juízes eleitorais.
- B** As deliberações do TRE/PE ocorrem por maioria absoluta de votos.
- C** Os desembargadores eleitorais podem, no exercício de sua função, ser removidos em razão de interesse público.
- D** Os membros do TRE/PE gozarão de licença, automaticamente e pelo mesmo prazo, decorrente de afastamento que tenham obtido na justiça de origem.
- E** Em suas ausências, o presidente do tribunal será substituído pelo vice-presidente, que estará dispensado da relatoria dos processos que, em razão de sua condição de membro, lhe tiverem sido distribuídos.

QUESTÃO 16

Com relação ao regime jurídico dos servidores públicos da União, assinale a opção correta nos termos da Lei n.º 8.112/1990.

- A** A nomeação para cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público.
- B** Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, acrescido das indenizações que porventura sejam devidas ao servidor.
- C** O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com moradia, sendo cabível o seu pagamento na hipótese de deslocamento do servidor por força de alteração de lotação.
- D** Constitui requisito básico para investidura em cargo público a quitação com as obrigações trabalhistas, militares e eleitorais.
- E** A demissão de ocupante de cargo em comissão pode dar-se a pedido do servidor ou de ofício pela administração.

QUESTÃO 17

Com relação ao regime disciplinar dos servidores públicos civis da União, assinale a opção correta.

- A** A destituição de servidor de cargo em comissão por infração à proibição de se valer do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem em detrimento da dignidade da função pública incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de cinco anos.
- B** O processo administrativo disciplinar pode ser revisto a qualquer tempo na hipótese de se aduzirem fatos novos suscetíveis de justificar inadequação da penalidade aplicada, podendo resultar, inclusive, em agravamento de penalidade.
- C** A penalidade de suspensão poderá ser aplicada ao servidor na hipótese de infração disciplinar consistente em insubordinação grave em serviço.
- D** A responsabilidade administrativa do servidor deverá ser afastada caso tenha ocorrido absolvição criminal por insuficiência de provas.
- E** O processo administrativo disciplinar destinado à apuração da infração disciplinar de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas desenvolve-se em procedimento sumário nas fases de instauração, inquérito administrativo e julgamento.

QUESTÃO 18

Em sua instalação padrão, o sistema operacional Windows 8.1 suporta o sistema de arquivos

- A** EXT4.
- B** EXT3.
- C** NTFS.
- D** REISERFS.
- E** XFS.

QUESTÃO 19

No BrOffice Calc, para se eliminar casas decimais de um número, utiliza-se, exclusivamente, a função

- A** COMBINA.
- B** EXP.
- C** RADIANS.
- D** TRUNCAR.
- E** SOMASE.

QUESTÃO 20

Considerando que o sistema operacional Linux pode ser configurado de modo que ao iniciá-lo sejam criados pontos de montagem automaticamente, assinale a opção que representa o arquivo localizado em `/etc/` a ser ajustado para que isso seja possível.

- A** `fstab`
- B** `hosts`
- C** `resolv.conf`
- D** `nsswitch.conf`
- E** `syslog.conf`